

KNOW-HOW
3000

Experience

IN DETAIL

Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN)



HORIZONT
3000

AUSTRIAN ORGANISATION
FOR DEVELOPMENT COOPERATION

Índice

Índice.....	2
Lista de Abreviaturas.....	2
1. Informação Geral.....	3
2. Contexto da Experiência.....	3
3. Características principais da Experiência.....	4
4. Partes Interessadas e Atores Envolvidos na Experiência.....	5
5. Recursos.....	6
6. Impacto da Experiência.....	6
7. Desafios.....	6
8. Sustentabilidade.....	7
9. Partilhando a experiência.....	7
10. Bibliografia.....	7

Lista de Abreviaturas

FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
ICIPRN	Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro
ISA	Instituto Socioambiental
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação

Imprint

Experience in Detail

“Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN)”

Publicado em

Viena, Janeiro 2017

by

HORIZONT3000

www.horizont3000.at

Editado por

FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e HORIZONT3000

Com o apoio da

Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (CAD) e as Organizações Membros de HORIZONT3000¹

Contato

FOIRN: Almerinda Ramos de Lima almerinda@foirn.org.br

ISA: Laise Lopes Diniz

francis@socioambiental.org

¹ DKA Austria - Agência de cooperação do Movimento de Katholische Jungschar Austria, Movimento dos Homens Católicos da Austria – KMBÖ, Movimento de Mulheres Católicas da Austria – kfbö, Caritas Austria, Seção de missão e desenvolvimento da Arquidiocese de Viena, Casa do Mundo Diocese Graz-Seckau, Irmãos e irmãs necessitados - Diocese Innsbruck, Irmãos e irmãs necessitados - Ação Católica Caríntia

1. Informação Geral

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) promove ações que garantam o cumprimento dos direitos constitucionais assegurados aos povos indígenas, incluindo ações nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento econômico e social, e promove, valoriza, preserva e revitaliza a cultura dos povos indígenas do Rio Negro.

Nesse documento, a FOIRN apresenta a experiência do planejamento realizado para um “Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisas do Rio Negro (ICIPRN)”. Ainda não foi possível concretizar este Instituto, pois não foi possível conseguir o financiamento necessário pelas instituições estatais competentes. A experiência se realizou no Rio Negro, na Amazônia, na Região de abrangência da FOIRN, desde o ano 2008 aproximadamente.



Gráfico 1 Localização da experiência

Os povos indígenas que vivem nas terras demarcadas na região do médio e alto rio Negro formam uma população indígena de aproximadamente 50 mil pessoas, de 31 etnias, de quatro famílias linguísticas: Arawak, Yanomami, Maku e Tukano Oriental.

2. Contexto da Experiência

Hoje há cerca de 1 milhão de pessoas que se autodeclaram índios, mais de 200 etnias e cerca de 150 línguas no Brasil. Os povos indígenas no Brasil carregam em suas histórias marcas do genocídio e etnocídio cometidos pelo Estado e por interesses econômicos. Para existir e se afirmar hoje como indígena estes povos enfrentam preconceitos arraigados no senso comum e que são alimentados por campanhas com interesses econômicos pelos

territórios dos povos indígenas. Ao se fundar em uma economia exportadora de commodities criadas por latifúndios, o Brasil acaba por negligenciar uma série de paisagens de alta sociobiodiversidade criadas através de milhares de anos para construir obras de grande impacto ambiental e garantir plantios de monocultura regados a agrotóxicos e sementes transgênicas. Desde 1970 esta esfera do Estado tem tido que lidar com as associações indígenas da sociedade civil que desde então acompanham as leis e as situações dos povos indígenas. A constituição de 1988 marcou um momento de conquista para os direitos indígenas, mas o cenário hoje é de ataque a estes direitos constitucionais através de Projetos de Leis e Emendas de uma bancada ruralista que financia o governo. Há também pressão por frentes missionárias de evangelização que se instalam em aldeias e comunidades.

Mesmo com esse cenário negativo, os povos indígenas e populações tradicionais como quilombolas, extrativistas, ribeirinhas e caiçaras traçam estratégias de resistência e provam que há modos de vida que não envolvem a repressão à pluralidade e a predação da natureza, e que garantem o bem viver deles e do mundo como um todo.

Educação diferenciada

Transformar as escolas em espaços que consideravam os próprios conhecimentos indígenas era algo impensável quando as primeiras escolas foram estabelecidas na região. Formadas pelos missionários desde 1915 até o final dos anos 70, suas funções eram cristianizar e ‘civilizar’ os povos indígenas. Tudo que era considerado deles era banido e destruído. Os internatos impediam as crianças de falarem suas línguas indígenas e ensinavam tarefas de habitantes de cidades. Apesar dos internatos terem sido fechados em 1979, as escolas continuaram a reproduzir um padrão externo e sem contextualização à região e aos povos indígenas locais.

No rio Negro, o processo de discussão da educação escolar indígena diferenciada ocorre desde o início dos anos 1990, em que vários povos começam a discutir o tipo de escola que poderia atender aos desejos das comunidades, por meio de grandes encontros sobre o tema

educação. Nesses encontros discutia-se sobre uma escola diferente: objetivos, metodologia, organização e funcionamento. Foi com o objetivo de valorizar os conhecimentos indígenas e mostrar suas complexidades e aplicabilidade que começaram a montar escolas piloto que ensinam por pesquisa, que respeitam calendários tradicionais, incluem a produção de alimentos regionais, valorizam a diversidade linguística, e ao mesmo, procuram ensinar os conhecimentos da sociedade ocidental e oferecer possibilidades de continuidade de formação escolar.

Hoje, o tema educação escolar é de grande importância para o movimento indígena, há um acúmulo de discussões e propostas para a implementação do ensino com qualidade, o que resulta no investimento alto das comunidades em suas escolas, apesar da falta de apoio dos governos. É comum ter escolas construídas pelos indígenas e todo um movimento de apoio ao professor para desenvolver o ensino.

Quanto ao ensino superior ocorreu um movimento de abertura da universidade para os povos indígenas, evidenciando a disposição de ampliação da política de acesso ao ensino superior às populações tradicionais. Por outro lado, a entrada de indígenas na universidade não é uma política concreta com capacidade de valorização dos conhecimentos tradicionais e de defrontar as questões atuais que os povos indígenas vivem em distintas regiões.

Cooperação entre FOIRN e ISA

Ao longo das primeiras experiências com a educação escolar indígena diferenciada e de modo paralelo e articulado a estas, a FORIN e o Instituto Socioambiental (ISA) trabalharam em parceria com as associações locais no alto rio Negro, em projetos não só de educação, mas também de manejo socioambiental e alternativas econômicas. Tais projetos, ancorados na pesquisa colaborativa entre índios e brancos como método de trabalho, visavam à formação de moradores das comunidades, jovens, professores e lideranças indígenas para a estruturação de processos de gestão de conhecimentos que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Tais iniciativas promoveram o fortalecimento das comunidades, a afirmação dos trabalhos das lideranças indígenas, o

aumento da autoestima entre os jovens, a valorização dos conhecimentos indígenas, o abrandamento do êxodo das comunidades, a melhoria das condições de vida como um todo e a formação de redes de governança locais e regionais com enfoque socioambiental. E foi com base nesses trabalhos desenvolvidos que se propôs a criação do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisas do Rio Negro (ICIPRN), como uma proposta inovadora e específica de formação na região do Rio Negro.

A parceria entre FOIRN, ISA e cooperação austríaca permitiu conquistas, principalmente no âmbito do fortalecimento institucional e político tanto da FOIRN como do ISA, que resultam diretamente nos avanços dos direitos indígenas. As principais ações que resultaram desta parceria foram a formulação e execução de pequenos projetos comunitários de manejo de recursos pesqueiros e florestais; o desenvolvimento e implementação de um modelo de educação escolar indígena diferenciada, a proposição e atuação no campo das políticas públicas dirigidas à região, o desenvolvimento de modelos social e economicamente sustentáveis de comercialização de produtos com valor cultural e ambiental agregado, a realização de pesquisas e levantamentos participativos, e a publicação de livros de autoria. Tais ações contribuíram para a elaboração da proposta de formação avançada, pois foram os projetos piloto experimentais que fundamentaram a construção de um programa específico e articulado com a sustentabilidade e bem viver para as populações indígenas do Rio Negro.

3. Características principais da Experiência

O ISA e a FOIRN promoveram na região do Rio Negro um processo amplo de consultas, que durou dois anos, para pensar possibilidades inovadoras de valorização dos conhecimentos indígenas e de formação. Seguindo na direção de estabelecer um Instituto dos Conhecimentos e um Programa de Formação Avançada intercultural e na experiência acumulada nas escolas indígenas, iniciou-se em 2009 uma série de seminários em São Gabriel da Cachoeira reunindo lideranças e pesquisadores indígenas e convidados de fora. Os seminários

realizados em 2009 e 2010 foram: Seminário da Arrancada; Manejo do Mundo e Narrativas de Origem, Rotas de Transformação. Os materiais advindos do processo de consulta compuseram um documento sobre o Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro.

Objetivo principal

O objetivo principal concentra-se na proposta de fortalecer os conhecimentos dos povos do Rio Negro através do incentivo às pesquisas indígenas e suas conexões com outras redes de conhecimentos e pesquisa científica, por meio da colaboração em condições equitativas.

O Programa de Formação Avançada pretende também gerar subsídios para as políticas públicas governamentais voltadas à gestão ambiental e territorial, assim como ao fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, e pretende criar modelos inovadores e colaborativos de pesquisa sobre e na Amazônia, em escala local, regional e nacional, incluindo as dimensões transfronteiriças.

Métodos e metodologia

O instituto propõe uma metodologia experimental: A produção de conhecimentos está associada com um conjunto de experiências que têm a ver com pesquisa e que valorize também as formas tradicionais de transmissão de conhecimento, como a oralidade por exemplo. Isso implica acolher e incentivar o registro de conhecimentos orais em áudio, vídeo e com transcrição, e criar um código de ética a ser adotado pelos alunos e professores, levando em conta as regras culturais de respeito aos lugares sagrados, aos sábios, mulheres, crianças, florestas e animais. Outro item é a diversidade linguística característica do Rio Negro que deve atravessar as pesquisas.

A pesquisa é de intervenção ou pesquisa-ação e deve ocorrer em todos os Ciclos da formação avançada – o que permite a interação entre conhecimentos dos cursistas e os velhos mestres das aldeias, potencializando novas capacidades para a pesquisa dos saberes, valores e práticas que poderão estar articulados com os processos do estágio e do trabalho de conclusão da formação. A pesquisa deve ser sistematizada com a finalidade de sua

incorporação na localidade de origem do cursista.

Os módulos são dois: o Ciclo Básico e o Ciclo Específico, com a duração prevista de 3 anos de formação. No primeiro ano, durante o ciclo básico, os alunos estudam temas gerais e nos dois anos seguintes se especializarão em Gestão Territorial e Manejo Ambiental, e, em Economia Indígena Contemporânea.

As etapas de formação englobam: a) etapas intensivas, de caráter presencial e trabalho intensivo, que ocorrem 3 vezes por ano, com o objetivo de refletir acerca dos processos pedagógicos e os conteúdos das áreas temáticas; b) etapas intermediárias de estudos avançados e pesquisas, que ocorrem nas comunidades e nos núcleos regionais. Esse período deve ter acompanhamento e investir na experimentação dos aprendizados.

A expectativa é que as iniciativas de pesquisas e desenvolvimento operacionalizem ações para equacionar questões contemporâneas das populações indígenas do Rio Negro, como mobilidade, energia, gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, segurança alimentar e geração de renda via alternativas econômicas sustentáveis.

Como exemplo, no ano 2013 já foi realizado um curso de História do Movimento Indígena do Rio Negro. Este curso agregou professores universitários de história e lideranças com décadas de experiência no movimento indígena do Rio Negro. Os alunos selecionados estão articulados às coordenadorias regionais da FORIN. São jovens com possibilidade de apoiarem na elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental para indicar as ações de políticas públicas nas suas regiões. O curso, por discutir e sistematizar diferentes pontos de vistas e referências sobre a história do Rio Negro, se articulou ainda à Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI), atualmente a principal agenda propositiva do Estado Brasileiro aos povos indígenas.

4. Partes Interessadas e Atores Envolvidos na Experiência

Os principais beneficiários são participantes indígenas que desejam uma formação

diferenciada e aspiram a melhorar a qualidade de vida das suas comunidades, pensando o “bem viver” na região do rio Negro. Isso implica diferentes formas de acesso e tipos distintos de vínculo. Visa-se contemplar tanto os egressos do nível médio completo (que atendam, portanto, os requisitos formais para admissão no nível superior), quanto o conjunto mais amplo de sujeitos, tais como APIs (assessores pedagógicos indígenas), AIMAs (agentes indígenas de manejo ambiental) e lideranças indígenas. As pessoas de referência do ICIPRN nas comunidades são os formadores indígenas, os especialistas que se dispõem a compartilhar seus conhecimentos e que possuam notório e notável saber em suas comunidades/regiões, além do grupo de intelectuais indígenas que possuem graduação e pós-graduação.

Quanto a outros atores envolvidos na experiência, a FOIRN e a ISA tinham apoio e parcerias com vários institutos e universidades federais e privadas. Além disso, em 2012, a FOIRN e o ISA iniciaram um diálogo com o Ministério de Educação (MEC) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para definir quais as possibilidades de apoio do governo federal à implementação do Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro. Infelizmente, o apoio institucional e financeiro dos dois ministérios citados acima não se concretizou, e além disso era um desafio tentar cumprir um conjunto complexo de regras de controle e avaliação, para garantir um contrato de gestão em longo prazo com o governo federal.

5. Recursos

Por ser uma ação de formação, o custo deve garantir a contratação de professores indígenas e não índios, apoio às atividades de pesquisas nas comunidades e investimento em infraestrutura para garantir o desenvolvimento do processo de formação de qualidade. Há também uma equipe que deverá se encarregar dos processos administrativos.

Há também a necessidade da participação decisiva na construção do Instituto pelo movimento indígena, garantindo legitimidade e protagonismo dos povos indígenas da região. Além de participar ativamente no Conselho de

Gestão, tem a incumbência de movimentar, mobilizar e envolver as comunidades para identificarem novos modelos de formação para promover o bem viver no rio Negro.

6. Impacto da Experiência

Concebe-se o Instituto como um centro de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, garantindo a gestão indígena autônoma a partir do conhecimento amplo e claro da origem do mundo e manejo do território, dos lugares sagrados e o que eles contêm, dos princípios e critérios da educação indígena. É uma proposta inovadora e alternativa, que valoriza os conhecimentos indígenas e o multilinguismo nas práticas de ensino e pesquisa por meio de políticas linguísticas consistentes, a fim de seguir em uma direção adequada para a construção de uma formação diferenciada, intercultural e interdisciplinar baseada nos problemas e nas potencialidades dos povos indígenas do rio Negro e na experiência acumulada das escolas indígenas.

Os conhecimentos e saberes indígenas estão no centro desta experiência. Sua exposição, debate e aplicação trazem à tona que na ocupação tradicional no Rio Negro há recursos criativos que produzem e conservam a rica sociobiodiversidade da região.

7. Desafios

Para a iniciativa um dos principais desafios é criar condições de formalização de convênios com o poder público para obter recursos financeiros e garantir a manutenção e reconhecimento tanto do Instituto, como do Programa de Formação. Infelizmente, até janeiro 2017 a iniciativa não se concretizou, apesar dos avanços anteriores na negociação com o Ministério da Educação – MEC e o Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação - MCTI e o apoio técnico do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE, maiormente por razões políticas e financeiras.

O desafio é garantir espaço, valorização e reconhecimento dos conhecimentos interculturais dentro de esferas como a universidade e as políticas públicas.

8. Sustentabilidade

A sustentabilidade será dada primeiramente a partir da parceria que deve ser estabelecida com o MEC e o MCTI, assumindo uma política de reconhecimento do valor dos conhecimentos indígenas. A região do médio e alto rio Negro é estratégica na discussão da preservação ambiental e mudanças climáticas. Há uma alta diversidade de povos e espécies, e o índice de desmatamento na região é abaixo de 1%. Nos últimos 15 anos, as ações da FOIRN e do ISA buscam indicar que é necessário um investimento específico e diferenciado para garantir o profundo conhecimento dos povos no manejo ambiental do território de 11.5 milhões de ha de floresta em pé.

Essa estratégia tem encontrado bastante obstáculos na corrida do país pelo desenvolvimento econômico, assim que somente o investimento do governo brasileiro e parcerias com instituições socioambientais irão garantir a existência dos povos, dos conhecimentos e da floresta.

10. Bibliografia

FOIRN. (s.d.). *Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro*. Acesso em Janeiro de 2016, disponível em <http://www.foirn.org.br/>

ISA. (s.d.). *Instituto Socioambiental*. Acesso em Janeiro de 2016, disponível em <http://www.socioambiental.org/pt-br>

9. Partilhando a experiência

Para que a prática possa ser reproduzida, deve se considerar um processo de longo prazo de valorização dos conhecimentos locais e de diálogo destes com conhecimentos externos. Um processo que debata, aplique e tenha a interculturalidade como forma (metodologia de trabalho, perfil dos participantes, locais de trabalho) e conteúdo (diversidade linguística, narrativas, novas tecnologias, técnicas de produção etc).

Entre as instituições com experiências similares no Brasil, são o Centro de Formação dos Povos da Floresta e a Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. A experiência pode ser interessante para Universidades e Institutos de Pesquisa, como também para órgãos de Políticas Públicas relacionados ao meio ambiente, cultura, patrimônio e produção.